

-----ACTA N.º 07-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 17 Dezembro-----

-----Aos dezassete dias do mês de Dezembro de 2010, pelas 21.00 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, para uma sessão Ordinária, no Edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----**1.º Ponto** - Tomar conhecimento dos Relatórios e Contas – 1.º Semestre 2010 – Câmara Municipal de Torres Vedras – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras – Promotorres, Promoções de Eventos e Gestão de Equipamentos E.M., para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 3 do art.º 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01, na sua actual redacção;-----

-----**2.º Ponto** - Aprovar, nos termos do art.º 6 do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, a proposta de reorganização dos serviços da administração da Câmara Municipal de Torres Vedras;-----

-----**3.º Ponto** - Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2011, do Município de Torres Vedras, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**4.º Ponto** – Discussão e votação dos Documentos Previsionais – Grandes Opções do Plano e Orçamento Receita/Despesa, e Mapa de Pessoal, para o ano de 2010 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**5.º Ponto** – Rectificação da deliberação de 30.09.2010 - Autorizar a Câmara Municipal a contratar empréstimo de longo prazo, excepcionado, para financiamento da Reparação/ Reposição de danos causados pelas intempéries de 23/12/2009, até ao montante de €1.959.775,00 em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**6.º Ponto** - Aprovar, alteração ao PDM por correcção material nos termos do art.º 97-A do Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial, atenta a competência prevista na alínea b) do n.º 3 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**7.º Ponto** - Autorizar a adesão do Município de Torres Vedras ao Pacto de Autarcas nos termos da alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09 na sua actual redacção;-----

-----**8.º Ponto** - Apreciação de uma exposição do Sr. Presidente da Câmara, acerca da actividade Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----Presidiu, o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e pelo Sra Mara Isabel Batista Eleutério ( Segundo Secretário).-----

-----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passam a indicar:-----

-----Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, José Augusto Clemente de Carvalho, Susana Maria Ribeiro

Neves, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, José António do Vale Paulos, Rita João de Maya Gomes Sammer, José Augusto Nozes Pires, Ana Elisa Pedreira Martins, Marco Henriques Claudino, Jorge Henrique Horta Ferreira, António João Leal da Costa Bastos, Francisco Cruz Branco da Silva, Maria João Carvalho Franco Roque Alves, Cláudia Sofia Horta Ferreira, Maria Prudência Tomé Duarte Quina Fernandes, João Paulo Moreira dos Reis, Rodrigo Manuel Hipólito Miranda, Diogo Ribeiro de Oliveira Guia, Ana Paula dos Santos Ventura Faria, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Graça Maria Martinho da Silva, Ana Cristina Abreu Moreira, Vítor Santos, Sérgio Armando Lopes Gomes, João Francisco Mota Tomaz, Francisco João da Fonseca Inácio, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, José Manuel Ferreira Antunes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, José António Margaça, Horácio Orlando da Silva, Carlos Alberto Alves Gomes, Francisco João Pacheco Martins, Mário Manuel Jesus Miranda, António Filipe Narciso dos Santos, Carlos Alberto Lopes Veloso, Bernardino Eugénio Jorge, Paulo Dinis Faustino Valentim e David Bernardino dos Santos.-----

Faltaram os membros, José Manuel Cristóvão, Paulo Jorge Marques Marreneca e Mário João Rodrigues Matias.-----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Carlos Manuel Antunes Bernardes, António Paulo Veloso Martins Bento, Laura Maria Jesus Rodrigues, Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida Umbelino, Maria Paula da Silva e Paulo Roseiro Lopes, Bruno Miguel Félix Ferreira e Hugo Miguel Fernandes Martins.-----

**APRESENTAÇÃO DAS ACTAS ANTERIORES:**-----

-----O Sr. *Presidente da Mesa* informou que a acta n.º 6 de 30.09.10 que foi previamente distribuída por todos os membros, se encontrava na mesa a fim de se efectuarem eventuais correcções.-----

-----A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade o texto definitivo da acta apresentada.-----

**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:**-----

-----O primeiro secretário, Sr. António Fortunato passou a ler a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.-----

Anota-se que foram numerados 13 documentos que a seguir se indicam: -----

**DOCUMENTO 1:**-----

-----Presente ofício número 1793/10, da Comunidade Intermunicipal do Oeste, de 2 de Dezembro, a remeter as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011.-----

**DOCUMENTO 2:**-----

-----Presente Ofício número 01/2010/AFR, da Assembleia de Freguesia de Runa, de 10 de Dezembro de 2010, a sugerir que a Assembleia Municipal reforce junto do Executivo que reveja o horário de funcionamento do parque de estacionamento do novo mercado municipal, pensando no

seu alargamento para além das 14 e 20 horas, respectivamente ao Domingo e de Terça a Sábado, indo de encontro às solicitações dos lojistas e munícipes frequentadores do mercado Municipal.-----

**DOCUMENTO 3:**-----

-----Presente e-mail do Gabinete de Apoio à Presidência, a remeter ofício número 83687, emanado da EP, Estradas de Portugal, S.A, de 04.11.10 onde informam que está em curso o desenvolvimento base de um projecto de Execução da EN9 no troço Torres Vedras – Merceana, prevendo-se o lançamento da empreitada em 2011.-----

**DOCUMENTO 4:**-----

-----Presente e-mail do Gabinete de Apoio à Presidência, a enviar ofício número 18919 de 22.11, remetido à Srs. Ministra da Educação sobre o Externato de Penafirme e as preocupações causadas pela aprovação, do Decreto Lei que altera o estatuto do ensino particular e cooperativo pelo Conselho de Ministros, no dia 04.11.-----

**SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:**-----

**DOCUMENTO 5:**-----

-----E-mail de Tânia Jerónimo, de 17 de Dezembro, a informar que por motivos profissionais não poderá estar presente na sessão e a solicitar a sua substituição nos termos da lei.-----

---Em sua substituição encontrava-se presente David Bernardino dos Santos.-----

**DOCUMENTO 6:**-----

-----E-mail de António Carlos Nunes Carneiro, de 13 de Dezembro, a informar que não poderá estar presente na sessão, pelo que solicita a sua substituição nos termos legais previstos.-----

---Foi convocado e encontrava-se presente Bernardino Eugénio da Cruz Jorge.-----

**DOCUMENTO 7:**-----

-----Presente e-mail de Rui José Prudêncio, de 13 de Dezembro, a informar que por motivos profissionais estará ausente de 15 a 18 de Dezembro, pelo que não poderá estar presente na sessão, solicitando a sua substituição.-----

---Foi convocado e encontrava-se presente Paulo Dinis Faustino Valentim.-----

**SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO ART.º 38.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:**-----

**DOCUMENTO 8:**-----

-----Presente ofício número 203/10, Junta de Freguesia de Campelos, de 30 de Novembro último a informar que em substituição do seu presidente Natalina Luís estará presente o secretário Vítor Santos.-----

**JUSTIFICACÃO DE FALTA:**-----

**DOCUMENTO 9:**-----

----Presente e-mail, de João Paulo Moreira dos Reis, de 6 de Outubro, a solicitar que lhe seja justificada a sua falta à sessão de 30 de Setembro por motivo de compromisso profissional imprevisível e inadiável.-----

**DOCUMENTO 10:**-----

----Presente e-mail de Mara Batista Eleutério, de 7 de Outubro último a solicitar que lhe seja justificada a falta à sessão ordinária de 30 de Setembro por motivo de falecimento do avô materno.-

**DOCUMENTO 11:**-----

----Presente e-mail da Junta de Freguesia de Freiria, de 11 de Outubro, a informar que por motivos profissionais inadiáveis, o seu presidente Paulo Marreneca não pode estar presente na sessão à sessão ordinária de 30 de Setembro.-----

**DOCUMENTO 12:**-----

----Presente carta de Carlos Alberto Lopes Veloso, de 31 de Outubro a solicitar que lhe seja justificada a falta à sessão de 30 de Setembro último, por motivo de estar presente da Assembleia de Freguesia de Ventosa.-----

**DOCUMENTO 13:**-----

----Presente e-mail da junta de Freguesia da Freiria, de 17 de Dezembro a comunicar que por motivos de ordem profissional o seu Presidente Paulo Marreneca não lhe é possível estar presente na sessão.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência e aceitou as justificações de faltas apresentadas.-----

----De seguida teve início o Período Antes da Ordem do dia.-----

**EXTERNATO DE PENAFIRME:**-----

----O Presidente da Mesa *Sr. Alberto Avelino*, face ao teor das três moções que foram apresentadas na Mesa propôs que fossem discutidas em conjunto e votadas em separado, o que obteve a concordância de todos os presentes.-----

**Mocão do Grupo Municipal do PSD:**-----

----“ Dirigida a S. Exa. o Sr. Presidente da República, a S. Exa. a Sra. Ministra da Educação, a S. Exas os Líderes dos Grupos Parlamentares, à Assembleia da República, à Direcção do Externato de Penafirme,-----

----Considerando:-----

----Que a coexistência de ensino público e privado é uma das marcas de água das democracias e que, ao invés, a estatização de todo o ensino é registo de regimes de má memória;-----

----Que a liberdade de aprender e ensinar são alicerces e pilares fundamentais de um Estado Democrático;-----

----Que o Decreto - Lei n.º 553/80, de 21 de Novembro, da responsabilidade do Governo liderado

por Francisco Sá Carneiro, pouco antes do seu falecimento, veio criar as condições, até aí inexistentes, para a prossecução da liberdade de ensino e aprendizagem:-----

----Que o trabalho desenvolvido pelas instituições do ensino particular e cooperativo no nosso país tem permitido colmatar falhas da rede do ensino público;-----

----A importância que as instituições do ensino particular e cooperativo assumem junto das suas comunidades locais e regionais;-----

----O investimento que as instituições do ensino particular e cooperativo têm realizado com vista a prestar um serviço de ensino de qualidade e na expectativa de o prestarem durante muitos anos;-----

----No caso específico do nosso concelho, papel fundamental que o Externato de Penafirme tem desenvolvido;-----

----Que o Externato de Penafirme tem prestado um serviço público de excelência, com resultados reconhecidos por toda a comunidade;-----

----Que a zona pedagógica na qual o Externato de Penafirme se insere abrange três freguesias, carentes de quaisquer alternativas;-----

----Que a própria Carta Educativa do Município de Torres Vedras contempla a existência e funcionamento do Externato de Penafirme;-----

----Que o custo por aluno do Externato de Penafirme é inferior à média nacional;-----

----Que um corte de 30% do financiamento ao Externato de Penafirme acarretaria graves dificuldades a esta instituição de ensino, podendo levar ao seu próprio encerramento;-----

----Que a anualização dos contratos de associação cria uma instabilidade na programação do ensino, incompatível com um modelo pedagógico;-----

----Vem a Assembleia Municipal de Torres Vedras manifestar o seu protesto pela aprovação, em Conselho de Ministros, de 4 de Novembro, de um diploma incidente sobre as regras legais e regulamentares em matéria de ensino particular e cooperativo, porquanto prevê, entre outras medidas, as seguintes:-----

----A anualidade dos contratos, assim como a sua não renovação automática, originando a insegurança e instabilidade laboral do corpo docente, dos funcionários, dos alunos e dos seus pais;---

----O poder do Ministério da Educação determinar a atribuição de um subsídio sem que se encontrem desde já definidos critérios para a sua concessão:-----

----Protesta ainda a Assembleia Municipal pelo corte de 30% já anunciado no financiamento do Estado ao Externato de Penafirme.-----

----Por outro lado, a Assembleia Municipal de Torres Vedras congratula-se pela aprovação, em Assembleia da República, no passado dia 15 de Dezembro do 2010, do Projecto de Lei N.º 462/XI/2.<sup>a</sup>, apresentado pelo CDS-PP e que contou com o voto favorável do PSD, as abstenções das bancadas do PCP, BE, PEV e de duas deputadas da bancada do partido socialista.-----

-----Com efeito, com a aprovação do Projecto de Lei acima mencionado, é assegurada a estabilidade das instituições, prevendo-se a plurianuidade dos contratos, assim como a sua renovação automática. É ainda clarificado que os contratos de associação são celebrados com escolas particulares e cooperativas situadas em zonas carecidas de escolas públicas. O que não apenas salvaguarda a existência do Externato de Penafirme como ainda permitirá que outras instituições privadas do nosso concelho possam vir a celebrar contratos de associação. Regozija-se ainda a Assembleia Municipal de Torres Vedras pela previsão expressa do cálculo do subsídio às escolas do ensino particular e cooperativo igual, que deverá ser igual ao custo de manutenção e funcionamento verificado nas escolas públicas.-----

-----Assim, e por fim, vem a Assembleia Municipal de Torres Vedras manifestar toda a sua solidariedade ao Externato de Penafirme, à sua comunidade de professores, funcionários, alunos e pais, onde emergem a Associação de Estudantes e de Pais, dirigindo ainda uma especial palavra de congratulação ao Director da Escola, Padre Alfredo Cerca, pelo trabalho que tem desenvolvido na instituição e pela força na luta que teia desenvolvido em prol desta nossa comunidade educativa.-----

-----17 de Dezembro de 2010.-----

-----Marco Henriques Claudino.”-----

**Mocão do Grupo Municipal do PS:**-----

-----“ Os termos da actual proposta de revogação do Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de Novembro que regulamenta o actual modelo de “Contrato de Associação” que o Externato de Penafirme mantém com o Ministério da Educação há mais de 30 anos poderá vir a colocar em causa a estabilidade pedagógica, não só daquele estabelecimento de Ensino como, possivelmente, de todo o Território Educativo do nosso Concelho, visto que fazemos parte do todo educativo torriense.-----

-----A instabilidade criada pela incerteza da garantia do funcionamento a médio prazo de um dos nossos Agrupamentos de Escolas ou de qualquer uma unidade escolar autónoma, como é o caso do Externato de Penafirme, não oferece garantias efectivas de qualidade do serviço público desejado e exigido por todos nós.-----

-----A coesão comunitária e a consistência da qualidade pedagógica dos projectos educativos que as nossas escolas oferecem, fazem do Concelho de Torres Vedras um território de promissor futuro de excelência educativa, sendo por isso desejável que o equilíbrio da diversidade e complementaridade da oferta educativa se faça de acordo e no estreito respeito pelos princípios dos instrumentos de planeamento estratégico do desenvolvimento dos recursos educativos do nosso Concelho, mormente a Carta Educativa.-----

-----Neste contexto e reconhecendo a inevitabilidade da reorganização nacional da Rede Escolar de oferta pública e conseqüentemente o esforço de solidariedade nacional face ao actual quadro sócio - económico do país.-----

-----1. Manifestamos a nossa preocupação pelas eventuais consequências que poderão advir da alteração do actual quadro legislativo dos “Contratos de Associação” para os alunos e suas famílias e funcionários docentes e não docentes do Externato de Penafirme que integrado na nossa rede escolar tem contribuído ao longo dos anos para o relevante serviço público no nosso concelho;-----

-----2. Expressamos a nossa solidariedade à comunidade educativa do Externato de Penafirme, na esperança de que seja encontrada a melhor solução de viabilidade da sua estabilidade em particular e da serenidade das dinâmicas educativas do Concelho em geral.-----

-----Assembleia Municipal de Torres Vedras, 17 de Dezembro de 2010.-----

-----Francisco Cruz Branco da Silva”.-----

**Mocão do CDS-PP:**-----

-----“Considerando que,-----

-----Torres Vedras, através do Externato de Penafirme, tem uma longa historia no que diz respeito ao ensino não Estatal mas público. O CDS/PP considera que as escolas privadas são também ensino público, pois acreditamos na autonomia das escolas e na liberdade de escolha das famílias do tipo de ensino que querem para os seus filhos.-----

-----Esta escola tem uma característica única no nosso concelho que é o Contrato de Associação estabelecido com o Ministério da Educação, ou seja embora sendo uma escola privada, faz a oferta de ensino público.-----

-----É meritório e louvável o trabalho desenvolvido por esta escola, assim como por todas as outras escolas do nosso concelho, sendo plasmado nas palavras de apoio que recebe dos pais, alunos e encarregados de educação, mas também pelas várias entidades existentes nas freguesias.-----

-----Com o Orçamento de Estado para 2011 foi declarado o ataque a este sistema de ensino. O que serviu para colmatar a falta de oferta do Estado durante 30 anos é agora ignorado e atacado com cortes de 30% no orçamento para funcionamento destas escolas. Não é preciso relembrar que cada aluno numa escola com contrato de cooperação fica em cerca de 1000 euros menos oneroso ao Estado do que aquele que frequente o ensino Estatal.-----

-----Mas o mais grave está para vir. Enviou o Conselho de Ministros um Projecto de Decreto de Lei aprovado pelo Governo a 4 de Novembro que altera dramaticamente o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo e revoga quase todos os normativos legais que legitimavam e suportavam juridicamente o ensino não estatal e a sua acção.-----

-----Este normativo enviado para a promulgação do Presidente da Republica onde o Ensino Particular e Cooperativo é brutalmente atacado, poderá levar à extinção de muitas destas escolas, com conseqüente prejuízo aos alunos ás famílias e á comunidade, bem como o desemprego para os professores e funcionários,-----

-----O Governo pretende assim rescindir os contratos das escolas com contratos de Associação no

final deste ano lectivo e não renovar automaticamente os mesmos, o que provocará a insegurança e a instabilidade laboral dos professores e funcionários do Ensino Particular e Cooperativo, e a falta de estabilidade do Projecto de Escola e Projecto Educativo da comunidade escolar.-----

----Não podemos aqui deixar de alertar todas as forças políticas para este cenário que se nos apresenta. É demasiado grave para o nosso concelho, pois além de uma escola com o prestígio que tem o Externato de Penafirme, é toda uma dinâmica cultural e económica, criada nas freguesias de A-dos-Cunhados, Silveira, Maceira e restante concelho de Torres Vedras, que se vai perder.-----

----Considerando ainda que, no passado dia 15 de Dezembro de 2010 o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresentou, na Assembleia da República uma iniciativa legislativa no sentido de alterar o Decreto-Lei 553/80 de 21 Novembro, e consequentemente assegurar estabilidade aos ciclos lectivos, e que a mesma foi aprovada com os votos favoráveis das bancadas do CDS-PP e PSD, as abstenções do Bloco de Esquerda, PCP, PEV e 2 Deputados do PS e votos contra de toda a restante bancada do Partido Socialista, mas que ainda terá de ser debatida em sede de especialidade,-----

----Propõe o CDS-PP que a Assembleia Municipal de Torres Vedras delibere no sentido de manifestar, junto do Governo e do Ministério da Educação, a preocupação com a situação vivida pelo Externato de Penafirme, de incerteza no futuro, bem como a preocupação sentida por cerca de 1600 alunos e respectivos encarregados de educação, professores e funcionários. Tal declaração, que aqui deverá ser aprovada hoje, deverá ir no sentido de uma clara condenação do projecto de decreto-lei apresentado pelo Governo.-----

----Torres Vedras, 17 de Dezembro de 2010.-----

----O representante do CDS-PP na Assembleia Municipal de Torres Vedras João Pedro Gomes.”----

----A iniciar a discussão teve a palavra o *Sr. Marco Claudino* que começou por concordar com a metodologia escolhida, uma vez que as moções, ainda que visem a mesma temática, não diferem apenas na sua linguagem e semântica.-----

----Assim disse que a moção do Partido Socialista pareceu-lhe um pouco desactualizada, pois não refere o projecto lei que a Assembleia da República aprovou, sobre a esta matéria na passada quarta-feira, e que vem resolver em grande medida os problemas com que se deparam as várias escolas privadas do país com contratos de associação.-----

----Lamentou que, depois de tanta manifestação de apoio ao Externato de Penafirme, por parte do PS torriense, o deputado parlamentar e membro desta Assembleia, Rui Prudêncio, quando poderia ter tomado uma posição pública de apoio à resolução do problema, votou como a sua bancada, contra, o projecto lei apresentado pelo CDS-PP, que foi votado favoravelmente pelo Partido Social Democrata e com abstenção das restantes bancada e duas deputadas do Partido Socialista.-----

----Salientou que a moção da sua bancada não esquece o diploma que foi aprovado em Conselho de Ministros e congratula-se com a posição do PSD na Assembleia da República, que demonstra a sua

coerência. Contudo se o PSD na Assembleia da República tivesse votado contra, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata de Torres Vedras estaria na primeira linha a contrariar essa posição.-----

-----Reforçou que esta é a maneira do Partido Social Democrata fazer política, com a mesma cara e a mesma coerência dentro e fora do concelho de Torres Vedras.-----

-----Deu nota também que, ainda antes da aprovação do projecto lei do CDS-PP o Partido Social Democrata tinha apresentado na Assembleia da CimOeste uma proposta de apoio e solidariedade às várias escolas do ensino particular e cooperativo da região, tendo alguns membros do Partido Socialista se absterido e outros se ausentado antes da votação.-----

-----Mais uma vez lamentou as duas caras do Partido Socialista e para terem coragem de sair à rua e enfrentar os torrienses olhos nos olhos é necessário coerência.-----

-----Assim, pede que Partido Socialista vote favoravelmente a moção do Partido Social Democrata, que no seu entender espelha os vários tramites do processo.-----

-----Por fim congratulou a direcção do Externato de Penafirme, associação de pais, associação de estudantes, funcionários, assim como todos os membros daquela comunidade por darem uma lição de civismo de como uma comunidade se pode unir quando a causa é nobre e justa.-----

-----O *Sr. Francisco Branco* defendeu que a moção do Partido Socialista responde em parte ou cabalmente às preocupações do Externato de Penafirme uma vez que e tal como refere a moção, se algo correr mal, todo o sistema educativo do concelho de Torres Vedras poderá ser afectado.-----

-----Por isso agradeceu todo o apoio que a Câmara Municipal tem manifestado junto da direcção da escola, funcionários e alunos, para com este problema.-----

-----Certamente que esta situação tem a solidariedade de todos os membros presentes e a moção do Partido Socialista visa potenciar essa mesma solidariedade assim como, tentar pressionar o Ministério da Educação, perante um problema que pode advir para as escolas privadas com contrato de associação se o Decreto Lei 553/80 for revogado.-----

-----Lembrou que ao longo dos últimos 35 anos o Externato de Penafirme já ultrapassou algumas dificuldades e está convencido que também este problema será ultrapassado.-----

-----Reforçou que é importante o apoio da Assembleia Municipal, já que se mostra inviável que uma escola que celebra contratos com professores de Setembro a Junho, veja o seu orçamento reduzido em 30% a partir de Janeiro.-----

-----Assim, sendo o Externato de Penafirme uma escola de ensino universal e gratuito, numa área pedagógica definida, que até foi solicitada pelo Ministério de Educação, certamente que não lhe estão a fazer nenhum favor, mas sim um serviço público.-----

-----Pelas razões expostas espera que a moção seja aprovada e que haja um recuo nas posições mais dogmáticas e apesar de saberem que terá que haver cortes, estão receptivos se estes forem justos e equitativos e as escolas com contratos de associação saberão ultrapassar os problemas dia a dia.-----

-----O **Sr. João Pedro Gomes** fez notar que a proposta de Decreto Lei que o governo apresentou e aprovou no dia 4 de Novembro, cinge-se, no entendimento do CDS-PP, a uma lógica de poupança para o orçamento de 2011, o que não é verdade, porque o aluno no ensino público fica cerca de €1000 mais caro do que um aluno no ensino particular e cooperativo e há estudos independentes que o podem comprovar.-----

-----Disse também ter a certeza absoluta que ninguém presente na sala, deseja o encerramento do Externato Penafirme mas se nada tem sido feito, se não tem existido esta iniciativa do CDS-PP no dia 15 de Dezembro, não sabe o que iria acontecer.-----

-----Entende que era uma irresponsabilidade muito grande, sendo o país e principalmente Torres Vedras fortemente afectado numa vertente social, na perspectiva de arranjar solução para a colocação de mais de 1600 alunos. Perdia-se toda a dinâmica económica nas freguesias próximas do Externato Penafirme e também no próprio concelho e os prejuízos iriam ser gravíssimos.-----

-----Estranhou não ter existido uma disciplina de voto da bancada do PS e o facto do deputado que representa Torres Vedras na Assembleia da República, ter votado contra esta proposta do CSD-PP.--

-----Acrescentou que a moção visa condenar este decreto lei, fazer pressão e manifestar junto do governo e ministério da educação, o desagrado da Assembleia Municipal de Torres Vedras.-----

-----Por último reforçou que por todas estas razões expostas e definidas na moção, o CDS estaria disponível para fazer uma declaração conjunta, não obstante entender que há situações que têm que ser discutidas.-----

-----O Líder da bancada socialista, **Sr. José Augusto de Carvalho** disse estar convicto que não há ninguém presente que seja a favor do encerramento do Externato de Penafirme ou de pôr em causa este estabelecimento, seja por que forma for, até pela qualidade que proporciona à sua actividade e por não ter alternativa, que além de não se prever, não é justificada.-----

-----Lembrou que os membros do Partido Social Democrata nesta Assembleia Municipal, quando fazem alusões a iniciativas de âmbito nacional, devem ter presente, que aprovaram conjuntamente com o Partido Socialista o orçamento de estado para 2011 e devem perceber que surgirão agora na execução do mesmo, medidas restritivas da despesa.-----

-----Declarou que serão umas medidas mais acertadas outras menos e até se pode concluir que esta está no lote das menos acertadas, mas não se podem dissociar de uma responsabilidade originária do facto de muito terem pugnado para que o equilíbrio das contas públicas se fizesse sobretudo do lado da despesa.-----

-----Anotou a necessidade de não esquecer que o Grupo Parlamentar do PS quando votou a iniciativa do CDS-PP fez uma declaração de voto, à qual hoje não foi feita nenhuma alusão, mas que é importante que se refira, porque traduz a preocupação do cumprimento das metas orçamentais, espectro que estará presente ao longo de todo o trabalho legislativo no próximo ano.-----

-----Lembrou também que a Ministra de Educação já se manifestou disponível para rever esta matéria, que justifica ser revista.-----

-----Quanto às moções disse que se identifica com a moção do colega Francisco Branco, como se identifica com a carta ponderada e responsável que o edil enviou à Sra. Ministra de Educação.-----

-----Contudo entende que o PSD vem a despropósito, numa linha que interpreta de aproveitamento político descabido, fazer alusão a que o diploma que agora se pretende revogar, foi aprovado por um governo liderado por Francisco Sá Carneiro, pouco antes do seu falecimento.-----

-----Também entende que não deve passar adiante a referência que fazem ao princípio da renovação automática, assim como o facto da moção fazer a apologia de que a previsão expressa do cálculo do subsidio deverá ser igual ao custo de manutenção e funcionamento, verificado nas escolas públicas, isto é o estado que tem dar por boas as contas que lhe são apresentadas e pagar.-----

-----Relativamente à moção do CDS-PP argumentou que também enferma na mesma linha do facilitismo da renovação automática dos contratos de associação.-----

-----Defendeu ainda que não conhece, nem tinha que conhecer, porque ainda não foi aprovado e ainda não está publicado no jornal oficial, o tão odiado Decreto Lei.-----

-----Afirmou que o seu grupo municipal dará a votação que entender e percebe que há uma estratégia insidiosa de que quem não aprova estas moções é contra o Externato de Penafirme, mas não há ameaça que os possa vergar.-----

-----Reportando-se à referência de enfrentar lá fora os cidadãos olhos nos olhos, disse que sempre se habituou a enfrentar as pessoas desse modo e sempre se considerou responsável pelos seus actos e assim continuará.-----

-----Sustentou que fazer uma clara condenação do projecto lei que desconhecem, como refere o CDS-PP, fazer a apologia da renovação automática, fazer a apologia de que as contas são apresentadas têm que ser automaticamente aceites, é mais do mesmo e nós não estamos em tempo disso. -----

-----Prosseguiu dizendo que o Externato e os seus responsáveis não têm que ter qualquer receio de permanência, pela excelente actividade que desenvolvem, por ser de interesse público e não havendo alternativa nem pretender que haja alternativa.-----A propósito dos custos, deu nota que de acordo com o orçamento de 2010, os 93 estabelecimentos de ensino privado foram dotados com €4.440 por aluno e de acordo com o orçamento para o próximo ano o ensino público vai receber €3.750, não percebendo a coerência. Também o custo do pessoal não docente dos estabelecimentos de ensino privado tem sido com valores entre 30% e 50%, enquanto no ensino público 15%.-----

-----Devem fazer a defesa da qualidade, dizer alto e bom som, sem qualquer margem para dúvidas que o Externato de Penafirme não pode em circunstâncias algumas estar em causa, mas

paralelamente a isso, o governo, sendo responsável, tem que ficar com margem, nomeadamente para “separar o trigo do joio” mas meteram tudo no mesmo saco, por razões puramente demagógicas.-----

-----Pedi novamente o uso da palavra o **Sr. Marco Claudino** dizendo que a intervenção do colega José Augusto de Carvalho lhe parece até contraditória com a moção que o Partido Socialista apresentou e que o colega Francisco Branco defendeu.-----

-----Relativamente ao desconhecimento do diploma, respondeu que o Partido Social Democrata o disponibilizou na Oeste Cim, mas o Partido Socialista não quis. No entanto se o colega o desconhece alguém da sua bancada conhece, pois a moção do Partido Socialista refere-o no seu início.-----

-----Achou escusada a referência a Sá Carneiro, esclarecendo que não foi da criatividade do Partido Social Democrata mas tirada de uma intervenção do padre Alfredo Cerca que muito bem se lembrou desta autoria.-----

-----Frisou que o argumento orçamental era o que menos esperava, mas tendo o membro referido que a escola privada era mais barata que a escola pública, lembrou que a moção do PSD verbaliza que o projecto de lei, aprovado na quarta feira na Assembleia da República, prevê que a escola privada vai receber exactamente o mesmo que a pública. Não estão a agravar o deficit, mas a dar um contributo sério, responsável para o equilíbrio orçamental das contas que o Estado e alguém, deixou chegar a este ponto.-----

-----Também o membro **João Pedro Gomes** interveio novamente, felicitando a Câmara Municipal pelo esforço que fez através da carta que enviou para o Ministério da Educação e todas as outras diligências que tem sido feitas no sentido de tentar resolver este problema.-----

-----Relativamente à intervenção do membro José Augusto de Carvalho defendeu que CDS-PP votou contra o orçamento, que consideram mau e como tal estão à vontade para falar.-----

Quanto ao membro ter acusado as duas moções de alguma irresponsabilidade, crê que irresponsabilidade é não assegurar a estabilidade dos ciclos lectivos dos alunos e laboral dos funcionários, professores e pessoal não docente.-----

-----No tocante à referência feita ao controle de despesa, fez notar que caso estes estabelecimentos encerrem, novas escolas terão que ser construídas, logo terão despesas adicionais.-----

-----Também não entende como é que o membro disse que o Externato de Penafirme não necessita de ter receio, pois com um corte de 30% a escola não consegue funcionar. Acha que têm que ter todo o receio do mundo.-----

-----Interveio de novo o membro **José Augusto de Carvalho** concordando que a questão da anualidade é perfeitamente inaceitável, pois estas questões não se decidem ano a ano, mas em ciclos.-----

-----Assim, tudo visto e ponderado e porque sabe que os subscritores do CDS-PP e Partido Social Democrata não alteram uma virgula das suas moções, iria abster-se relativamente às mesmas.-----

-----A *Sra. Rita Sammer* reportando-se ao facto de o membro José Augusto de Carvalho ter referido várias vezes o compromisso do PSD na aprovação do orçamento para 2011 e conseqüentemente a sua responsabilidade na aplicação nas medidas propostas, recordou a que na Assembleia Municipal anterior, o PS aprovou uma medida proposta pelo Executivo Municipal, de contratação de 13 assistentes operacionais que contraria grosseira e descaradamente as orientações do governo para o orçamento de 2011.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* começou por dizer que fala-se muito mas ninguém se debruça sobre a especificidade do Externato de Penafirme no contexto das escolas particulares, e o que pretendem é andar às costas desta escola para chegar a um ataque ao governo.-----

-----Reforçou que o que lhe interessa é o Externato e não acredita quando dizem que não há ninguém que não quer o encerramento desta escola. No entanto tem a certeza, com conhecimento de causa, que não há ninguém no governo, nomeadamente no Ministério de Educação, que o queira encerrado.-----

-----Assim referenciou um telefonema que recebeu da Ministra da Educação a dizer que sabe da importância do Externato de Penafirme para o concelho de Torres Vedras e para população daquela zona e assegurou que as negociações estão no bom caminho. Também o Secretário de Estado lhe reforçou este espírito e este pensamento.-----

-----Por isso afirma que o Externato de Penafirme não vai encerrar, nem pode e o que é necessário é trabalharem todos juntos para encontrar a solução económica mais equilibrada para o seu funcionamento, sendo para aí que devem canalizar os esforços, pois ele na sua modesta parte é o que tem feito.-----

-----Entende que é tão legítimo a direcção do Externato lutar pela manutenção de € 115.000/turma /ano como é legítimo ao governo lutar por €80.000, até porque têm no concelho escolas privadas com contrato de associação com o Ministério de Educação a funcionar com este valor,. -----

-----Considera que o Externato é fundamental para o território torriense e que sempre defenderá o seu funcionamento nesta assembleia e em qualquer lugar, mas informou que recebeu na semana transacta, dirigentes de escolas privadas a disponibilizarem os seus serviços por €80.000.-----

-----No entanto tem consciência que o Externato de Penafirme não consegue fazer aquele serviço com este valor, o que se deve ao facto de ter um corpo docente, com vencimentos altos uma vez que a maior parte dele está em fim de carreira, daí a sua qualidade.-----

-----Entende que são estes factos que têm que fazer ver ao Ministério de Educação e não os viu em nenhuma moção.-----

-----Reafirmou que a situação vai ser resolvida, tem dialogado bastante com a Sra. Ministra nesse sentido e deu nota que esta dirigente no dia seguinte estaria ao território torriense, que por si só é uma prova de boa fé de quem não foge a nada.-----

-----Por último, registou que enquanto torriense e Presidente da Câmara achou-se envergonhado e pessoalmente achou-se humilhado, pelas atitudes do Grupo do PSD regional na Assembleia Intermunicipal do OesteCIM. Disse estar à vontade para o dizer porque fez uma exposição ao Presidente da Mesa, tendo pedido para distribuírem cópias a todos os membros. Ficou profundamente envergonhado pelo que fizeram nessa Assembleia e nomeadamente ao Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras.-----

-----O membro **Marco Claudino** quanto às palavras do edil relativamente à oferta de serviços por parte outras escolas do concelho lembrou que o mesmo é referido no penúltimo parágrafo da moção do Partido Social Democrata.-----

-----Quanto aos contactos telefónicos referidos pelo Presidente na sua intervenção, questionou se foi com telefonemas que garantiu a OTA e o IC11, no entendimento de que os telefonemas não têm o poder de lei no que toca ao Externato de Penafirme.-----

-----Quanto à referência à Assembleia da OesteCIM disse que também ficou envergonhado pois queria ter ouvido o Presidente Carlos Miguel falar mas alguém não deixou.-----

-----Nesta altura, o Presidente da Mesa **Sr. Alberto Avelino**, indicou ao membro que lhe cortava a palavra, uma vez que, para além de já não possuir tempo regimental se estava a desviar do assunto em discussão.-----

-----De seguida auscultou os subscritores das moções no sentido de elaboraram um documento conjunto, que não teve vencimento, pelo que submeteu as moções apresentadas à votação as quais foram todas aprovadas pela Assembleia Municipal com o seguinte resultado:-----

-----Moção do Partido Social Democrata.-----

-----Aprovada, por maioria de 9 votos a favor e 32 abstenções.-----

-----Moção do Partido Socialista.-----

-----Aprovada por maioria de 34 votos a favor e 7 abstenções.-----

-----Moção do CDS-PP.-----

-----Aprovada por maioria de 8 votos a favor e 33 abstenções.-----

-----Face à informação de que a Sra. Ministra de Educação viria ao concelho no dia seguinte, o líder do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, **Sr. Luís Carlos Lopes** sugeriu que as moções aprovadas lhe fossem entregues em mão.-----

**POLÍGONO INDUSTRIAL DO ALTO DO AMEAL – EURONER PORTUGAL:**-----

-----O Presidente de Junta de Freguesia do Ramalhal, **Sr. Espírito Santo** congratulou-se com a inauguração de uma unidade fabril de produção de módulos fotovoltaicos que teve lugar de manhã, e que contou com a presença do Ministro da Economia, Secretário de Estado da Energia, autoridades municipais assim como inúmeros convidados ligados a vários ramos de actividade com destaque para a industria.-----

-----Destacou a criação de 50 postos de trabalho no concelho, tão necessários nos dias que correm, além da empresa já ter encomendas garantidas até final de 2012.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**ESTALEIRO MUNICIPAL:**-----

-----O Presidente de Junta de Freguesia de Ponte do Rol, *Sr. Pedro Vasa* deu nota que recentemente dirigiu-se, em horário laboral, ao estaleiro municipal para ir buscar uma laje mas deparou-se com o local, encerrado, por causa do falecimento de um dos seus funcionários.-----

-----Apesar de lhe ter sido inicialmente recusado levantar o material, acabou por resolver o problema, mas lamentava o telefonema do encarregado do estaleiro que recebeu no dia seguinte, a tratá-lo indelicadamente por ter levado a laje sem autorização.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**CLASSIFICAÇÕES DE SERVIÇO:**-----

-----O autarca da Ponte do Rol *Sr. Pedro Vasa* indagou da possibilidade de os membros da Assembleia Municipal terem acesso às classificações de serviço dadas aos funcionários da autarquia através do SIADAP - Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública.---

-----O Presidente da Mesa informou não ser possível.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE OESTE SUL:**-----

-----O *Sr. José Augusto de Carvalho* informou que apenas teve lugar no dia 14 de Dezembro, a tomada de posse e primeira reunião, dos membros do conselho em título, para o qual tinha sido eleito pela Assembleia Municipal em 22 de Julho de 2009.-----

-----Acrescentou que elaborará um relatório que entregará à Mesa da Assembleia Municipal.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**COMEMORAÇÕES DO BICENTENÁRIO DA LINHAS DE TORRES VEDRAS:**-----

-----O *Sr. Nozes Pires* interveio no sentido de felicitar a autarquia pelas comemorações acima indicadas, as quais foram, no geral, de elevado nível e algumas delas muito originais.-----

-----O Presidente da Mesa, *Sr. Alberto Avelino*, comungou da intervenção do membro e deu nota que participou em todos os eventos comemorativos que lhe foram possíveis, inclusive a cerimónia de lançamento nacional da “Moeda Comemorativa do Bicentenário” que se realizou no dia 9 de Dezembro na Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* agradeceu o reparo positivo do membro, dando nota que as comemorações foram diversificadas e algumas muito participadas. Também tiveram algumas que assim não aconteceu, aproveitando para dar nota que na cerimónia citada pelo Presidente da Mesa, que ocorreu de semana pelas 21.00H, apenas viu mais dois membros da Assembleia Municipal.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**EN9:**-----

-----Reportando-se ao expediente lido sobre a via em título, o *Sr. Nozes Pires* questionou se o edil ficou satisfeito com a resposta da Estradas de Portugal.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que só ficará satisfeito quando o que está acordado for cumprido, ou seja uma estrada reestruturada de Torres Vedras à Merceana e uma nova via da Merceana a sul de Alenquer.-----

-----Deu nota que entretanto chegou à Câmara Municipal, para apreciação técnica, o projecto de recuperação da estrada Torres Vedras - Merceana.-----

-----O *Sr. Diogo Guia* pediu a palavra para solicitar que lhe fosse facultado este projecto.-----

-----Solicitou novamente que lhe fosse disponibilizado o Plano de Urbanização de Santa Cruz e o Plano de Pormenor de Santa Rita, lamentando a dificuldade que a oposição tem em receber informação. Não entende a razão de o edil apenas fornecer informações parciais aos membros da oposição, impossibilitado assim que se pronunciem sobre algumas matérias.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* lembrou que na sessão anterior tinha já informado sobre a necessidade de formular esses pedidos por escrito uma vez que esses projectos têm que ser requeridos às entidades externas que são autoras dos mesmos.-----

-----Lembrou também que o regimento da Assembleia tem uma norma para este efeito. Quanto ao projecto da EN9, que é da competência da Estradas de Portugal, solicitou o mesmo procedimento.---

-----O *Sr. Presidente da Mesa*, lembrou que o Regimento da Assembleia através da sua alínea h) do art.º 8 permite aos membros requerer, através da mesa, informações sobre assuntos de interesse para a autarquia, norma que cumpre sempre encaminhando os pedidos em conformidade.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**BOLETIM DA ANMP:**-----

-----O *Sr. Nozes Pires* sugeriu que os membros da Assembleia Municipal de Torres Vedras seguissem outros Órgãos Autárquicos e que lessem o boletim de Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

-----Lembrou que a edição de Outubro insiste na recusa das medidas de austeridade que tem estado a prejudicar gravemente os municípios, sem “papas na língua”. Diz claramente que em 5 meses o governo retirou €227.000.000, correspondendo a 8,6% das transferências. -----

-----Acrescentou que certamente irão ver a repercussão prejudicial destas medidas no orçamento de Torres Vedras para 2011.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**SANTA CRUZ:**-----

-----O *Sr. João Pedro Gomes* interveio para alertar que algumas das luzes que iluminam o passeio

marginal em Santa Cruz estão fundidas, solicitando a devida atenção para o assunto.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que se trata de uma situação constante visto que o mar funde aquelas luzes com muita facilidade.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**ILUMINAÇÃO DE NATAL:**-----

----O membro *João Pedro Gomes* reportou-se à ausência de iluminação de Natal na cidade de Torres Vedras. Sabe que tem que haver controle de custos, mas algo poderia ter sido feito nesta vertente, já que a Câmara teve verba para apoiar financeiramente a produção de um filme. Não contesta as opções tomadas mas as prioridades poderiam ter sido outras. -----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que os custos da iluminação de Natal eram suportados na íntegra pela autarquia, e este ano, como não existiam condições para desembolsar €120.000,00, foi combinado com a ACIRO, substituir esse apoio com o sorteio de um carro no valor de €20.000,00, que está a correr muito bem.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**INCUMPRIMENTO DO PRAZO DAS OBRAS NA A8 :**-----

----O *Sr. Marco Claudino* interveio no sentido de lamentar que o atraso das obras na A8 não teve emissão de declaração de incumprimento.-----

----Assim gostaria que a Câmara e a Assembleia se solidarizasse com este entendimento do Partido Social Democrata e fizessem ver ao Dr. Paulo Campos que um prazo se é prorrogado significa que foi incumprido.-----

----Concluiu dizendo que felizmente esta via está a ser aberta e prestará um melhor serviço aos utentes, mas não podem esquecer o que passaram nestes últimos dois anos nem da inacção dos órgãos municipais de Torres Vedras relativamente a este assunto.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que sempre esperou que ao dia de hoje este assunto já tivesse sido agendado na Assembleia da República, mas a maioria parlamentar não o conseguiu fazer e aqueles que sempre disseram que tinham que lutar nos sítios políticos acabaram a lutar nos sítios administrativos.-----

----Lamentou que primeiro optaram por criticar o Presidente da Câmara para depois seguir os mesmos caminhos que ele.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**PLANO DE ACCÃO DO OESTE –LINHA DO OESTE:**-----

----O *Sr. Luís Carlos Lopes* reportou-se a um artigo veiculado no Jornal Badaladas intitulado “Prioridade à Linha do Oeste” cujo teor versa uma viagem de deputados do PSD num comboio da Linha do Oeste desde Lisboa até Caldas da Rainha, para destacar as declarações do Presidente Carlos Miguel, em que assume que há falta de liderança no governo sobre o plano, mas também diz

que a oposição nada ter feito, têm falado muito e feito muito pouco.-----

----Replicou que a oposição tem feito o que é possível, uma vez que não são Governo, a quem cabe actuar.-----

---Lamentando a ausência do membro Rui Prudêncio na sessão, aproveitou para refutar as palavras deste membro no mesmo artigo, que classifica a crítica do PSD à execução do plano de Acção do Oeste, de “hipocrisia política” e “falta de sentido de Estado”, entendendo que devia ser mais cuidadoso nas suas palavras.-----

----Anotou que o que lamenta mesmo é que o Plano de Acção do Oeste esteja praticamente parado.-

----O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que o artigo referido diz respeito a uma acção do PSD nacional junto dos autarcas da CIM Oeste e foi nesse contexto que interveio. De facto questionou os deputados do PSD quais as atitudes que tinham tomado em relação ao Plano de Acção do Oeste em sede de negociação do orçamento, recebendo como resposta que não tinham tido oportunidade e nada tinham feito.-----

----Assim, acabou por dizer aos jornalistas que louvava a iniciativa de convocar um debate de urgência no parlamento, mas também que se Partido Social Democrata está preocupado podia ter feito mais do que aquilo que fez.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**BOLETIM MUNICIPAL:**-----

----O Presidente de Junta de Freguesia do Maxial, *Sr. Celso de Carvalho* reportou-se à página do Boletim Municipal “A voz dos partidos” para dizer que este espaço pretende ser de cariz informativo e considera desagradável que o PSD se refira à promessa da melhoria do traçado da EN-115-2 questionando de quem é a culpa.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**PARQUE ESCOLAR DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS:**-----

----A *Sra. Graça Silva* interveio para felicitar a autarquia pelo excelente trabalho que tem desenvolvido a nível do parque escolar do concelho, num investimento de aproximadamente €15.000.000,00 e que se iniciou há 4 anos atrás, no sentido de criar as melhores condições para todos os agentes educativos, contribuindo assim para a qualidade de ensino.-----

----Referiu que quando a Câmara deu início às obras os alunos foram transferidos provisoriamente para os então chamados contentores, os pfls, lembrando que actualmente até são solicitados à autarquia para servir instituições particulares, provando assim a sua qualidade. -----

----Salientou que a primeira escola a ser construída foi a de Cabeça Gorda, verificando-se uma prioridade política no desenvolvimento de novos centros educativos principalmente fora da cidade, absolutamente pertinente, pois contribuiu para garantir uma distribuição demográfica homogénea do concelho, contribuindo para uma competitividade acrescida ao nível territorial.-----

-----Deu nota que todas as novas escolas, possuem espaços que as dotam das melhores condições para as crianças e restantes pessoas que fazem parte da comunidade educativa, dando nota de algumas dessas valências, além das Actividade de Ensino Curricular do concelho apresentarem uma grande qualidade, assim como as componentes de serviço de apoio à família e que contribuem grandemente para excelente educação pública existente no nosso município.-----

-----Deu também ênfase às actividades desenvolvidas, tais como atelier e exposições nos diferentes espaços pertencentes à autarquia para os quais é disponibilizado gratuitamente um autocarro para as crianças virem frequentar essas actividades, o que sabe que não acontece noutros concelhos.-----

-----Assim espera que todos os cidadãos do concelho sintam tanto orgulho quanto ela por terem um parque escolar fantástico e a Câmara Municipal está de parabéns.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**EXTERNATO DE PENAFIRME:**-----

-----Nos termos do art.º 23.º do Regimento da Assembleia Municipal foi dada a palavra à *munícipe Carolina Duarte* para uma breve intervenção.-----

-----A Múncipe apresentou-se como representante dos alunos do Externato de Penafirme, mas também por todas as escolas privadas com contrato de associação.-----

-----Deu nota que têm a nível da escola organizadas medidas de indignação, perante este Decreto Lei que surgiu no dia 4 de Novembro contra estas as escolas.-----

-----Referiu que estas escolas, são um serviço público, ou seja dão menos despesa ao estado, porque os alunos recebem menos do que no ensino público e têm uma gestão privada, que as difere das escolas públicas.-----

-----Referiu ainda as excelentes condições que o externato possuiu a nível de infra-estruturas, de organização e de qualidade de ensino, sendo uma escola que contribuiu para o desenvolvimento da região, a nível de equipamentos, instituições, estradas e também na fixação da população.-----

-----Alertou que se o Externato encerra, 1800 alunos que estão neste momento grátis naquela escola ficam sem local de ensino, o que seria impossível, para além do desemprego de dezenas de professores, funcionários mas também de outros trabalhos indirectos que a escola proporciona.-----

-----Assim se estão a tentar reduzir despesas, tinha que questionar se não faria mais sentido uma privatização das escolas públicas a nível de gestão, com contratos de associação.-----

-----Fez notar que a indignação que sentem prende-se com o facto de não saberem quais são os argumentos que existe para a atribuição de tais medidas, uma vez que o Decreto Lei prevê cortes de 30% nas escolas privadas com contratos de associação e para as pública apenas uma redução de 11%, quando estas recebem mais do que as privadas.-----

-----Não entendem que, para além da negociação anual dos contratos de associação que não possibilita a organização de um plano de actividades para um ano futuro, também impossibilita o

envolvimento em projectos internacionais, os quais são organizados com anos de antecedência.-----

-----Dirigiu-se aos membros da Assembleia Municipal porque acha necessário que este membros façam chegar a Órgãos do Estado esta preocupação, que ainda não faz sentido pois não foi explicada a nível regional.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Teve início o Período da Ordem do Dia.-----

**PONTO 1 - TOMAR CONHECIMENTO DOS RELATÓRIOS E CONTAS – 1.º SEMESTRE 2010 – CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS – PROMOTORRES, PROMOÇÕES DE EVENTOS E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E.M., PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA D) DO N.º 3 DO ART.º 48.º DA LEI N.º 2/2007, DE 15/01, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;**-----

-----Presente ofício número 17665, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 28 de Outubro, a remeter os documentos em título.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* fez uma breve apresentação dos documentos, sublinhando o aumento do activo e do passivo, mas com um diferencial positivo, o que leva a terem resultados operacionais positivos e a diminuir o resultado negativo do ano anterior em cerca de metade.-----

-----Destacou também a diminuição da despesa que ocorreu muito à custa da não aquisição de materiais que se reflecte sempre nomeadamente na pequena obra das Juntas de Freguesia realizada ao longo do ano, mas continuam com problemas de liquidez.-----

-----Quanto às contas dos SMAS deu nota que os resultados líquidos negativos se devem a algumas variáveis tais como a supressão da tarifa de ligação de saneamento e de água, diminuição dos ramais de água, diminuição da tarifa fixa da água e também devido ao exagero de facturação por parte da Águas do Oeste, decorrente do aumento de pluviosidade que se verificou nos primeiros meses do ano, mas que terá retorno.-----

-----Relativamente à Prestação de Contas da Câmara o *Sr. Luís Carlos Lopes* salientou o resultado negativo de €1.696,085, quando no ano anterior foi de €3.272.680. Apesar de ser mau teve uma evolução no bom sentido e decorreu em parte, tal como indicado pelo edil, a uma diminuição de aquisição de material.-----

-----Para além do explanado pelo Sr. Presidente da Câmara, entende que também não devem estar tranquilos pelos 43,76% registados na recolha em relação ao previsto nas receitas correntes assim como a baixa percentagem das receitas de capital em relação ao que seria previsível.-----

-----Sublinhou que são invocadas como razões os atrasos nas escolas, QREN e Pólis mas que não serão justificação para tudo.-----

-----Solicitou que lhe fosse esclarecido o valor de €1.898.319,52 referente a outras receitas, quando

estava apenas prevista €1.000.-----

----Deu nota que IMT em relação ao previsto teve uma redução de €1.400.000, assim como a derrama diminuiu e toda a execução do 1.º semestre é bastante frágil.-----

----Manifestou preocupação sobre a indicação, que consta na página 13, de que a baixa percentagem de execução financeira do PPI justifica-se em parte pela existência de acordos de negociação de dívida com os fornecedores, tendo estes posteriormente, vendido a dívida a entidades de factoring e mais grave que exista um plano de pagamentos acordado, começando as primeiras prestações a vencer no 2.º semestre de 2010, solicitando alguns esclarecimentos.-----

----Reportando-se ao limite de endividamento, disse que o município atingiu uma taxa de utilização de 84,7% e não se encontra ultrapassado o limite de curto prazo, nem o de longo prazo, para os quais apresenta uma taxa de utilização de 62,9%.-----Pelo exposto considera que a Câmara Municipal de Torres Vedras ainda não está numa situação dramática, mas o crescendo do déficite começa a ser motivo de alguma preocupação. -----

----Teve de seguida a palavra o **Sr. Diogo Guia** que começou por dizer que o PSD se congratula com os resultados da gestão dos SMAS neste primeiro semestre pesa embora a diminuição das receitas e sem perceber o enquadramento do resultado líquido negativo de €709.297 registado.-----

----Manifestou-se satisfeito com a explicação do Presidente da Câmara e que consta da página 10 do Relatório em discussão.-----

----Congratula-se também pela informação de que os SMAS, no sentido de atender à conjuntura económica terem optado por diminuir a tarifa da água em 70 cêntimos. -----

----Disse ainda não entender como é que apesar de tudo há uma diminuição tão acentuada na rubrica de investimento.-----

----Questionou os montantes verificados relativamente às obras de saneamento da Carvoeira, que constam da página 21, uma vez se regista um diferencial entre a previsão de verba e a execução.-----

----Quanto às contas do Município o **Sr. José Augusto de Carvalho** anotou que a diminuição verificada em impostos e taxas de €1.900.000 não é nada de despiendo.-----

----Anotou ainda que outra questão que os pode preocupar, embora transcenda o município, mas que pode a prazo ter consequências no tarifário da água e saneamento, pelo que solicitou que o edil esclarecesse quanto aos resultados negativos da Águas do Oeste.-----

----Concluídas as intervenções o **Sr. Presidente da Câmara** prestou alguns esclarecimentos: -----

----Quanto à rubrica indicada pelo membro Luís Carlos Lopes esclareceu que se trata da transição do saldo de gerência de um ano para o outro e quanto ao factoring informou que o valor é o mesmo apenas muda o credor. -----

----Informou que a diminuição das rubricas de investimento tem directamente a ver com execução de obra, ou seja com alguma lentidão.-----

-----De seguida deu a palavra ao Administrador dos SMAS, **Sérgio Simões** que relativamente à diminuição verificada no investimento em 16% do previsto em despesas de capital, informou que o primeiro semestre de cada ano é sempre mais fraco do que o 2.º semestre e por outro lado se compararem a 2009 houve um aumento de 13%.-----

-----Abordando a questão da Carvoeira, confirmou que o diferencial indicado pelo membro decorre da morosidade do empreiteiro na execução da obra, problema que também subsiste nas obras de saneamento de Carmões e na Ventosa. No entanto os SMAS defendem em primeiro lugar a qualidade da obra e só depois a rapidez e esperam levar a obra até ao fim.-----

-----Existe fiscalização externa e dentro das prerrogativas que a lei lhes confere aplicam as respectivas multas, se for caso disso.-----

-----Quanto aos motivos dos resultados negativos, em causa está uma diminuição anormal de facturação e um aumento anormal de custos nomeadamente com as Águas do Oeste. -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** acrescentou que os SMAS não trabalham sozinhos e têm que trabalhar em rede com a Águas do Oeste, ou então têm que ficar à espera das ligações. -----

-----Aproveitou para manifestar a sua preocupação com a Águas do Oeste que tem passivo de €16.000.000 mas o crédito sobre os municípios é superior a este valor.-----

-----Deu nota que existem municípios que são parceiros na OesteCim, que não cumprem os seus contratos e presentemente querem menos água, o que implica o aumento de tarifa para todos os outros municípios.-----

-----O membro **Luís Carlos Lopes** disse que ficou esclarecido sobre o valor €1.898.319,52, mas mais preocupado porque para o 2.º semestre este valor já não vai contar, o que levará a um aumento do prejuízo.-----

-----Reportando-se à evolução das despesas correntes, que diminuiram a nível da aquisição de material para stock, transportes e tratamento de resíduos sólidos (Resioeste), espera que o tratamento de resíduos sólidos seja menor só por ter baixado o preço por tonelada e não pelo protelamento do pagamento.-----

-----Para além da explicação do Sr. Sérgio Simões, fez notar que na página 8 do relatório dos SMAS está bem evidenciado que a ausência de investimentos em capital, se deve ao facto de não haver transferências do QREN e de duodécimos por parte da Câmara Municipal e caso tivesse havido obviamente que a dívida seria menor.-----

-----O **Sr. Diogo Guia** interveio novamente para dizer que subscrevia a posição do edil no que se refere à Águas do Oeste, lembrando que a posição do Partido Social Democrata desde que iniciaram o mandato foi de cerrar fileiras.-----

-----Disse que o edil pode contar com o apoio, não partidário, do Partido Social Democrata de Torres Vedras e estão disponíveis para o que entender em termos de actuação. O seu partido exigirá sempre

da Águas do Oeste muito mais do que lhes tem fornecido e também o cumprimento dos contratos por parte de todos os municípios.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Nesta altura foi feita uma pausa para jantar tendo os trabalhos sido retomados às 22.00h.-----

**PONTO 2- APROVAR, NOS TERMOS DO ART.º 6 DO DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO, A PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA ADMINISTRAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS;**-----

-----Presente ofício número 19547, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 9 de Dezembro, a enviar a seguinte proposta relativa à reorganização dos serviços municipais:-----

-----“Modelo de estrutura orgânica – Hierarquizada;-----

-----Estrutura Nuclear – constituída por 8 Departamentos;-----

-----Número máximo de Unidades Orgânicas – 16;-----

-----Número máximo total de Subunidades Orgânicas – 17;-----

-----Número máximo de Equipas de Projecto – 10.”-----

-----Foi dada a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara* que informou que a legislação obriga que até ao final do ano de 2010 as Câmaras Municipais revejam as suas orgânicas.-----

-----Referiu que a orgânica da Câmara Municipal de Torres Vedras não foi modificada nos últimos 7 anos e muito se alterou neste período, tendo sido neste contexto que uma equipa liderada pelo Vereador Dr. Sérgio Galvão elaborou o documento em apreciação.-----

-----Mais informou que se pretende adequar a orgânica a estes novos desafios, actualizar as denominações ao que é o dia a dia, arrumar serviços em função do SIADAP para além de ir ao encontro da realidade actual mas também numa perspectiva de futuro.-----

-----Acrescentou que se trata de facto de uma má altura para fazer esta revisão, já que os tempos que correm são de compressão e não de alargamento, devido à conjectura económica desfavorável. -----

-----Concluiu dizendo que existe entre todo o Executivo Camarário o compromisso de que se esta é uma orgânica que responde e na qual se revêem, também é uma orgânica para a qual não existem condições para a pôr a funcionar de imediato naquilo que será a dotação de lugares, enquanto durar este quadro financeiro.-----

-----O *Sr. José Augusto de Carvalho* reforçou que atenta à leitura dos tempos de correm e na perspectiva falível dos tempos que virão, diria que se o processo se iniciasse hoje não seria favorável a que tal ocorresse.-----

-----Porém o legislador estabeleceu como data limite de 30 de Dezembro de 2010 para a conclusão deste processo e as autarquias tiveram que trabalhar nesse sentido, com a agravante de que, se esta proposta de orgânica não for aprovada, em Janeiro cairão as comissões de serviço e os serviços da autarquia ficam sem dirigentes.-----

-----Assim e atendendo a este condicionalismos, à posição unânime do Executivo e sobretudo ao compromisso que assumiram de que o provimento dos lugares ocorrerá à medida que os melhores critérios de prudência de gestão o recomendarem, o Grupo Municipal do Partido Socialista não tem dúvidas em votar favoravelmente.-----

-----O *Sr. Marco Claudino* disse que poderia subscrever na íntegra a intervenção anterior e em face ao compromisso escrito de todo o Executivo Camarário, também o Grupo Municipal do PSD votaria a favor, na expectativa de que os tempos que hoje não correm de feição possam melhorar e haver condições para que no futuro esses lugares possam ser providos, o que seria um sinal que a Câmara Municipal de Torres Vedras e também o país, teriam uma economia mais sã, o que seria motivo de regozijo para todos -----

-----Esgotadas as intervenções, passou-se de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por unanimidade a proposta de Reorganização dos Serviços da Administração da Câmara Municipal de Torres Vedras.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 39 membros.-----

**PONTO 3 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E DO ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2011, DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;**-----

-----Presente ofício número 19548, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9 de Dezembro, a remeter os documentos acima indicados, os quais foram apreciados em reunião do Executivo em 07/12/2010.-----

-----Tomou a palavra o *Sr. Presidente da Câmara* começando por indicar que este orçamento tem uma estrutura diferente do anterior e daí que seja difícil fazer comparações.-----

-----Assinalou que sendo um orçamento de austeridade é o maior que alguma vez a Câmara Municipal de Torres Vedras teve e no qual se pretende reduzir despesa na ordem dos 20% o que está vincado em muitas rubricas do mesmo.-----

-----Acrescentou que também está vertido no documento muita realização QREN, pois os serviços têm trabalhado muito na apresentação de candidaturas, que a autarquia tem ganho. No entanto alertou que o financiamento do QREN apenas cobre 50%, 60, 70% dos custos e por isso têm que fazer um grande esforço para cobrir o resto dos montantes.-----

-----Realçou que continua a ter receitas correntes a financiar despesas de capital, o que é sempre positivo e apresenta uma contenção no que se refere às Juntas de Freguesia, mantendo as transferências para as despesas correntes mas reduzindo ao mínimo indispensável as despesas para investimento em obra, situação que foi previamente discutida com os Presidente de Junta.-----

-----Realçou também que é um orçamento para continuar a trabalhar e a investir, onde o peso das

escolas é enorme mas muito saudável mas também prevê uma autorização para a Câmara Municipal de Torres Vedras, contrair empréstimo de curto prazo, em caso de dificuldades de tesouraria.-----

-----Por fim sublinhou que se trata de um orçamento de muita contenção, muito sacrifício interno, mas também de muita obra estratégica necessária e bem vinda ao concelho.-----

-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** disse que se trata de um orçamento coerente com o discurso do Presidente da Câmara no Feriado Municipal, em que ele identificou as quatro prioridades num contexto que poderá ser difícil num futuro próximo e que são irrecusáveis: aproveitamento das verbas do QREN, educação, social e cultura, sendo a ordem dos factores arbitrária.-----

-----Assim gostaria de subscrever estas prioridades, que lhe parecem plasmadas nesta proposta de orçamento e PPI e que contém uma aparente contradição já que aumenta mas é de contenção porque há uma aposta coerente nas prioridades já referidas.-----

-----Registou o aumento de 5% no QREN, o investimento no parque escolar é muito significativo e continuam a ter receitas correntes a financiar as despesas de capital, que é uma manifestação de salubridade que é de mencionar.-----

-----No entanto, registou que os impostos indirectos de 2010 para 2011 decrescem 2,55%, os indirectos (IMT) 48,63%, as taxas/multas 12,66%, o rendimento de propriedades 8,27% e a venda de imóveis 36,60%. A evolução destas receitas demonstra que vivem numa situação de crise, o que será a realidade de todas as autarquias do país.-----

-----Assim, disse que o Grupo Municipal do Partido Socialista irá votar a favor, com alguma tranquilidade acrescida pelo conhecimento que têm todos os membros do Executivo e porque a abstenção do Partido Social Democrata tem a leitura de um entendimento consensual.-----

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** começou por declarar que à semelhança do orçamento do Estado, este também é um orçamento do Partido Socialista, não é do Partido Social Democrata.-----

-----Reforçou que no Executivo o Partido Social Democrata absteve-se e tendo em conta a conjuntura nacional e o sentido de responsabilidade também a sua bancada se vai abster. Não se revêem na sua totalidade, porque se assim fosse votariam favoravelmente.-----

-----Fez notar que a situação financeira da Câmara Municipal de Torres Vedras, tendo por base a execução até 30 de Junho não é tão favorável quanto isso. O endividamento possível é diminuto e se há Câmaras da região Oeste que estão numa situação muito pior, Torres Vedras também não está tão bem quanto estava há 4 anos atrás.-----

-----Contrariamente ao colega José Augusto de Carvalho manifestou-se descontente com a intervenção do edil nas comemorações do Feriado Municipal, achando que ele inverteu as prioridades. Primeiro que tudo devia ter falado na educação, em vez da cultura, se bem que a cultura também é importante e ele também é pró-cultura e pró-arte.-----

-----Defendeu que ainda faltam construir muitas escolas no concelho e para além da de Dois Portos

que iria ser inaugurada no dia seguinte, só o equipamento para a Ventosa tem financiamento assegurado. Era por aqui que o edil devia ter começado o seu discurso.-----

----Ainda em relação ao discurso, e havendo cortes nos salários dos funcionários, pareceu-lhe curto que o Edil, em termos de contenção, apenas tivesse falado de diminuição de horas extraordinárias.---

----Entende que não é justo ter deixado o anátema sobre os funcionários das horas extraordinárias como sendo o grande problema da Câmara, até porque se os funcionários as fazem é porque são necessárias para o município.-----

----Sustentou que vê, num ano perigoso, um orçamento igual ao de 2010, não há um pouco de doutrina e o edil deveria ter feito uma introdução dizendo onde iriam fazer os cortes. Acha que o PPI é apenas fichas de projectos.-----

----Ressaltou também que o montante previsto no orçamento para as despesas correntes, já com redução de despesas é €35.000, quando no ano transacto foi de €34.000. As receitas do IMT diminuíram e o orçamento está inflacionado nalgumas receitas, nomeadamente impostos directos e indirectos.-----

----Atento o momento difícil que atravessam, reafirmou que o discurso do 11 de Novembro foi uma desilusão, devia ter dito prioritariamente que ia investir na educação, mas também onde vão fazer os cortes.-----

----Teve a palavra o líder da bancada da Coligação Democrática Unitária, **Sr. Nozes Pires** para fazer uma intervenção/declaração de voto:-----

----“ Decidimos votar contra pelas seguintes razões principais:-----

----1. Em primeiríssimo lugar porque este Plano não corresponde ao plano com que a CDU se apresentou ao acto eleitoral, ou seja, àquilo que, em substância, lançaria as estratégias e as respectivas estruturas que colocaria o Concelho e a sua Capital nos rumos do desenvolvimento. A actual maioria goza, sem dúvida, de legitimidade para elaborar e executar o seu Plano. A oposição caracteriza-se por possuir outras opções, sob pena de não ser oposição. A maioria não realizou todas as obras que a oposição tem reivindicado desde há largos anos, se faz umas não faz outras, porque tem outras prioridades e outras opções. Nas campanhas eleitorais os vencedores prometem todas essas obras, depois escolhem as que preferem, excluindo ou adiando, por exemplo, e somente como exemplo, as piscinas municipais, a pista de atletismo, o Centro de Artes do Carnaval e outras artes, o Parque Aventura em Santa Cruz, ciclovias e velódromos, etc.-----

----2. Não se trata da Câmara não realizar obra, trata-se de realizar a que entende realizar, e conforme escolhas que não configuram estratégias de desenvolvimento global e articulado. Em todas as áreas que os respectivos pelouros dirigem realizam-se coisas, é inegável, mas ignoramos a estratégia de cada uma e qual a estratégia geral pela qual se articulam de modo a alcançarem uma finalidade. É o desenvolvimento económico auxiliando a pequena e mesmo alguma média

agricultura? É o cooperativismo, por exemplo? É a indústria que promova emprego e o pequeno comércio esmagado pelas grandes superfícies? É o combate à pobreza e o apoio aos estratos mais desfavorecidos? É a inclusão dos imigrantes e outras minorias desfavorecidas através de uma política de igualdade para a cultura? É expandir o conhecimento, a cidadania e a cultura pelas aldeias? É valorizar a participação dos jovens e democratizar o acesso à fruição regular dos bens e serviços culturais, promover a educação formal e não formal? É descongestionar o trânsito na cidade, cumprir o plano de construção de ETAR's, incentivar os investimentos turísticos de qualidade mas de acordo com o PDM? É constituir formadores/monitores para apoio às colectividades em projectos desportivos e culturais? É apoiar a criação de uma rede efectiva de cuidados primários para todo o concelho e serviços de saúde de proximidade? É promover mais espaços de fruição ambiental e lúdica?-----

----3. Fazem-se obras, organizam-se eventos, sendo alguns de inegável valor, mas não sabe muito bem a qual visão de desenvolvimento e progresso se obedece, isto é, se se persegue ou não um projecto que recuse os dogmas neo-liberais (privatizações, precariedades, desigualdades sociais indecentes, elitismo) ou se, pelo contrário, socialize o que é público, isto é, entregue ao povo o que é do povo: a fruição dos recursos naturais do território, do seu património histórico, da civilização do conhecimento e da cultura.-----

----4. O primeiro dever que nos cabe é reagirmos activamente contra tanta pobreza, tanta desemprego, tanta desprotecção social. Porém, faz-se o inverso: pagaremos mais pela taxa de tratamento dos resíduos urbanos, pelo saneamento, pela água. Some-se a isto o aumento dos combustíveis, da electricidade, do IVA, dos transportes, do vestuário, de alguns bens alimentares básicos. Some-se o aumento dos desempregados agora despedidos com mais facilidade, o subsídio de desemprego diminuído ou eliminado, a diminuição dos salários, o congelamento de pensões e reformas, etc. Temos, assim, e aqui mal desenhado, um quadro de pobreza que os municípios, sobretudo aqueles onde a força política vencedora conquistou a maioria absoluta, não pode ignorar.-

----Repetimos: não pode ignorar.-----

----5. Não pretendemos que a Câmara aumente as despesas para ir buscar receitas aos contribuintes vitimados pelas medidas de austeridade. Do que se trata é de estratégias claras e consequentes e de opções. Não foi, por exemplo, uma boa opção encerrarem-se escolas de proximidade para agora construir agrupamentos ou mega agrupamentos. Pode agora a Câmara gabar-se de ir cumprindo o Plano Educativo, que tal não nos faz esquecer o que, para isso, se destruiu.-----

----6. A CDU não tem representação no Executivo Camarário, não podendo, assim, participar e propor outros planos e soluções concretas. Limitada à Assembleia Municipal um outro Plano que apresentássemos seria evidentemente reprovado pela maioria absoluta. Portanto, ou abtemo-nos ou votamos contra. Decidimos votar contra.-----

-----17 de Dezembro de 2010.”-----

-----Na sequência da intervenção do colega Luís Carlos Lopes, **Sr. José Augusto de Carvalho** interveio para clarificar que quem tem ou teve a gestão autárquica à sua responsabilidade, e reportando-se a um certo tipo de horas extraordinárias, sabe que em tempos de menor contenção é fácil deslizar para situações que não constituem o melhor exemplo de racionalidade e eficiência na gestão de recursos.-----

-----Assim fez votos para que não se caísse na tentação de aplicar expressões como anátema, que podem traduzir alguma tentativa de aproveitamento político relativamente ao desagrado, que naturalmente os atingidos possam manifestar. -----

-----Depois de analisar o orçamento para 2011 o **Sr. João Paulo Reis** disse ter constatado que não existe rubrica aberta para a Festa da Juventude e para a Feira da Qualificação e Emprego e questionou esta opção do Executivo.-----

-----Disse compreender que os tempos exigem contenção financeira e alguma austeridade, mas para bem da juventude do concelho, faria mais sentido estruturar estes dois eventos, dando um novo ânimo e também sendo uma forma de retribuir o trabalho que as associações do concelho têm desenvolvido, ao longo dos últimos anos, em prol da Festa da Juventude.-----

-----O representante do CDS-PP, **Sr. João Pedro Gomes** salientou que o documento em discussão não é claramente o seu orçamento, mas do Partido Socialista que tem legitimidade conferido pelas eleições autárquicas para o fazer.-----

-----No entanto, porque concorda com algumas situações e outras não e sabendo que o verdadeiro julgamento será feito pelo povo, dará o benefício da dúvida e irá abster-se.-----

-----No entendimento que se trata de um orçamento de austeridade, devem cortar primeiro naquilo que é acessório e relevar o que é essencial. Acha fundamental o aspecto social, para o qual vai ter que haver um esforço muito grande, da autarquia enquanto dinamizador de todas essas acções mas também da sociedade civil de 2011, porque espera-os tempos muito complicados.-----

-----Disse esperar que a boa execução deste orçamento se traduza numa redução da dívida da Câmara, numa melhor gestão dos recursos disponíveis e que traga uma boa estratégia para o concelho, o que não tem visto em anteriores orçamentos.-----

-----Reportando-se às referências feitas ao parque escolar a **Sra. Claudia Ferreira** enumerou as várias escolas do concelho que já foram ampliadas ou construídas para fazer notar que apesar de ainda faltarem algumas, deviam olhar para as condições que dispunham antigamente em comparação com os equipamentos que agora as crianças têm ao seu dispor e orgulharem-se.-----

-----Acha que é uma aposta clara e um compromisso do Sr. Presidente Carlos Miguel, que tem sido levado a cabo por ele e pelo Executivo e que certamente continuará, tanto que o orçamento em discussão também o espelha.-----

-----Também entende que em tempo de crise a juventude precisa mais de emancipação do que de festas. Neste sentido reportou-se a um artigo do Badaladas intitulado Regeneração Urbana/Apoio à Actividade económica, cujo teor refere uma proposta do PSD a incluir no PPI e Orçamento para 2011 para a criação de linha de crédito a particulares para a regeneração urbana, à qual os Vereadores do PS responderam nada tinham contra mas apresentaram alguns critérios determinantes para a aprovação e execução da proposta.-----

-----Estes critérios, entre outros alargava o plafon de €7.500, balizava o apoio pelo rendimento *per capita* do agregado familiar e dirigia-se a jovens com menos de 30 anos, traduzem quem é que se preocupa com os jovens, tendo que lamentar que o PSD não aceitou e respondeu indirectamente através dos jornais. -----

-----Ainda no Sector de Juventude deu nota do “Programa Leonardo da Vinci”, que promove estágios no estrangeiro em áreas estratégicas para pessoas que pretendem ingressar no mercado de trabalho. É um programa que tem apoios a nível nacional e consiste num incentivo directo aos jovens, à empregabilidade e à competitividade e um claro investimento nas pessoas, formação e também no concelho porque ajuda a fixar jovens em Torres Vedras.-----

-----Deu igualmente nota do “Programa Bússola”que pretende levar formações e workshops, descentralizados às várias freguesias do concelho, levando conhecimento durante todas as semanas do ano às várias colectividades e associações. Lembrou que na Festa da Juventude apenas havia este tipo de realizações durante uma semana e sempre na cidade de Torres Vedras.-----

-----Reforçou que é uma iniciativa da Câmara Municipal que traduz uma clara aposta na juventude e no desenvolvimento dos nossos jovens com o qual se congratula imenso.-----

-----Mencionou também que a oferta de ocupação de tempos livres para as crianças é vasta mas não existia para os jovens, pelo que a autarquia levou a cabo um programa de estágios com semanas temáticas em diversas áreas e que podem ajudar no 12.ºano os jovens a escolher o curso ou a carreira.-----

-----Considera que, em tempos de crise, é correcta a opção da autarquia em apostar nas pessoas, investindo na formação, no social, nos cidadãos do futuro que se quer que fiquem no concelho. No entanto é uma questão de opção que é legítima e para o qual este Executivo está legitimado democraticamente e com uma maioria inquestionável.-----

-----Usou de seguida a palavra o **Sr. Marco Claudino** declarando que o orçamento para 2011 é um espelho do que tem sido nos últimos anos, apenas com a diferença que há menos capacidade de investimento.-----

-----Contrariamente ao que a colega Cláudia Ferreira referiu, o orçamento em análise tem o mesmo problema de sempre pois não tem estratégia, não tem politica para atracção de investimento, nem de retenção no concelho de jovens qualificados. Reflecte uma diferença insanável relativamente à visão

do Partido Social Democrata daquilo que deve ser o futuro para Torres Vedras.-----

----No entanto e atendendo a que o orçamento não é bom, o PSD num acto de boa fé irá abster-se, apenas porque os Vereadores do PSD apresentaram uma proposta a incluir no orçamento para 2011, para revitalizar o sector da construção civil e promover a regeneração urbana no concelho, que foi viabilizada com o voto de abstenção pela Vereação Socialista.-----

----Aproveitou para lembrar que o PSD já teve muita boa fé que não foi correspondida no que concerne à inclusão no orçamento do projecto da estrada para Santa Cruz, já que hoje não há nem estrada nem projecto.-----

----Deste modo, espera que o Sr. Presidente da Câmara cumpra com as suas competências e atribuições e execute as deliberações do Órgão Executivo, quer estas sejam oriundas de proposta do Partido Socialista ou do Partido Social Democrata.-----

----Frisou ainda que o Partido Social Democrata está disponível para colaborar, dentro das suas capacidades.-----

----Por fim disse que espera que o edil cumpra com aquilo a que é obrigado e que estará na primeira fila a dar-lhe os parabéns porque não discriminou a proposta do PSD e executou a deliberação de Câmara.-----

----O *Sr. Jorge Ferreira* começou por subscrever os argumentos aduzidos pelo líder do Grupo Municipal do Partido Socialista para a votação favorável do orçamento para 2011.-----

----De seguida teceu algumas criticas à intervenção do membro Luís Carlos Lopes, que quando chamado a pronunciar-se com responsabilidade em matérias que a todos devem comprometer, pouco mais faz do que proclamações vagas, indefinidas, sem qualquer proposta sem qualquer alternativa.--

----No entanto saudou a sua posição de defesa dos trabalhadores da autarquia, sendo bom ver que o Partido Social Democrata tem essa sensibilidade, dado que noutras ocasiões seja na Câmara Municipal seja nos SMAS têm tido um discurso relativo a reduções, nem sequer quanto às remunerações mas quanto ao número de pessoal.-----

----Segundo as palavras do edil, ressaltou que a proposta vertida no orçamento respeita a horas extraordinárias e por consequência de uma maior racionalidade e eficácia nos serviços prestados e não sobre a sua remuneração.-----

----Relativamente às prioridades e à já citada intervenção do passado dia 11 de Novembro que no fundo antecipou o que viria a ser o PPI e o Orçamento para 2011, entende que a mesma se focou na educação, sobre a qual a colega Cláudia Ferreira enunciou um conjunto de medidas e por outro lado as políticas sociais que foram referidas pelo Colega Nozes Pires.-----

----Reforçou que estas duas preocupações, que são transversais ao PPI e orçamento estão também na matriz das políticas do Partido Socialista local e na sua matriz fundadora, pelo que saudou o edil não só pelo seu discurso, mas sobretudo pelo que se propõe executar no ano de 2011.-----

-----Terminadas as intervenções teve a palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para prestar alguns esclarecimentos:-----

-----O edil começou por dizer que fica muito feliz por o orçamento em apreciação não ser de nenhuma das forças da oposição porque se o fosse ficaria deveras preocupado. É um orçamento do Partido Socialista, pelo qual lutarão para aprovar e para executar.-----

-----Consequentemente teceu algumas notas quanto ao voto de abstenção do Partido Social Democrata, que ao classificar o orçamento de mau, o único voto coerente devia ter sido o voto contra.-----

-----Ainda relativamente a este sentido de voto, comentou que o Partido Socialista ao viabilizar a proposta do Partido Social Democrata nunca pôs como condição qualquer voto e por isso não há qualquer vínculo, mas a proposta ter a representação financeira de €100.000 pode significar que este é o valor da abstenção do Partido Social Democrata.-----

-----Comentou ainda que a doutrina no Partido Socialista está bem assente e não precisam de a pregar cada vez que elaboram um orçamento. Fazem eleições de 4 em 4 anos e têm um compromisso eleitoral que foi legitimado por 60% votantes do concelho.-----

-----Relativamente ao discurso de 11 de Novembro de 2010, indicou que ficou feliz por ter sido ouvido tão bem pela oposição.-----

-----Centrando-se no orçamento em discussão, fez notar que o corte legal dos vencimentos não está vertido no mesmo, uma vez que é consequência do Orçamento de Estado que só entra em vigor no próximo dia 1 de Janeiro.-----

-----Anuiu ser um facto que há uma redução do IMT que também haverá em 2011 em função da regra de cálculo, mas também irá haver aumento do IMI embora não seja na mesma proporção da descida do IMT.-----

-----Referiu que no dia 11 de Novembro falou de cultura, apoio social e muita educação, dando nota que preocupações de apoio social há muito que a Câmara as tem e tudo o que fazem é à revelia das competências das autarquias, substituindo-se à Segurança Social.-----

-----Assim registou que para o programa de apoio ao arrendamento a famílias carenciadas e para o de reparação em casas degradadas está em orçamento €300.000.-----

-----Abordando a questão da Feira da Qualificação e Emprego informou que passa a bienal porque viram, juntamente com os parceiros, que faz mais sentido uma vez que era muito repetitiva. Sobre a Festa da Juventude fez notar que nasceu numa altura em que a actividade cultural na cidade e concelho era muito reduzida, mas houve muita evolução nos últimos anos, sendo que actualmente têm actividades culturais todas as semanas, pelo que entenderam que não havia necessidade de continuar a realizar este evento.-----

-----Todavia continuam a investir na juventude e o orçamento só de eventos está na ordem dos

€110.000, englobando programas novos, tipo ocupação dos tempos livres para os jovens, junto das IPSS e das empresas no sentido de encaminhamento social, e também o Projecto Bússola e o Programa Leonardo da Vinci.-----

----Reportando-se à alusão de que a Câmara já teve melhores dias, lembrou que há 4 anos atrás a situação era bem diferente e na opinião da bancada do Partido Social Democrata, expressa pelo então membro José Afonso, a capacidade de endividamento da Câmara era para ser utilizada. A mesma bancada tão depressa diz uma coisa como diz outra conforme “corre o vento”.-----

----Voltando à sua intervenção do Feriado Municipal, ninguém lhe perguntou se a ordem era prioritária ou não e cada um interpreta como entende, mas evidentemente que não foi o seu entendimento.-----

----Precisou que falou de cultura em primeiro lugar de uma forma pensada e muito convicta, sendo uma certeza que o que separa o Partido Socialista do Partido Social Democrata é a interpretação sobre os programas culturais e sobre a vida cultural em Torres Vedras.-----

----Especificou ainda que existem diferenças abismais e por isso quis ali fixar, perante aquelas pessoas que não se desviarão desse caminho. O programa sobre cultura do Partido Socialista é para manter na integra tanto na cidade como nas freguesias.-----

----No tocante à educação observou que não esperava ouvir do membro Luís Carlos Lopes qualquer referência, pois ele foi membro do Executivo quando aceitaram os desafios e começaram do zero. Alugaram os tão criticados contentores, passaram os horários para tempo inteiro, e puseram em marcha o programa de enriquecimento curricular, que tem sido reconhecido como um serviço de excelência. Sem ter terrenos e sem ter projectos puseram ao dispor dos torrienses as escolas de Cabeça Gorda, Carvoeira, Outeiro da Cabeça, Barro, Conquinha, Ribeira de Pedrulhos, Boavista/Olheiros, Santa Cruz , Monte Redondo e no dia seguinte Dois Portos.-----

----Admite como possível que alguém conseguisse fazer melhor, mas a autarquia esforçou-se muito para fazer estes equipamentos escolares, assim como continuarão a esforçar-se para concretizar os que ainda faltam construir.-----

----Terminou dizendo que só não vê quem não quer, mas felizmente que os torrienses sabem que se há prioridade para este Executivo é a escola, o ensino, o 1.º ciclo e os jardins de Infância.-----

----Pedi novamente para intervir o líder da bancada Social Democrata, **Sr. Luís Carlos Lopes** para dizer que ninguém põe em causa os resultado das eleições anteriores e não é necessário trazer o assunto para o debate.-----

----No entanto entende que ter ganho as eleições não é sinónimo de poder fazer tudo, e de ter a única forma de pensar, há que ouvir os outros.-----

----Aludiu às palavras do edil sobre a cultura para frisar que a ele não pode pôr essa anátema. Gosta de cultura e enquanto tiver alguma responsabilidade no Partido Social Democrata a cultura será

apoiada.-----

----Quanto à educação e aos contentores fez notar que ninguém saberá o que poderia ter sido melhor se tivessem sido construídas mais cedo as escolas que ainda faltam. Estão melhor que em 2001, mas estarão melhor daqui a alguns anos quando estiverem feitas as escolas na sua totalidade.-

----No que concerne à intervenção da colega Cláudia Ferreira relativamente às festas, fez notar que possivelmente haveria outras que a Câmara mantém e poderia ter terminado.-----

----Finalmente fez notar que não existem bolsas de estudo no concelho e que a Escola Agrícola desde 1992 que envia jovens para o estrangeiro através daquele tipo de programas.-----

----O Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino submeteu à votação o ponto em discussão:-----

----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por maioria de 31 votos a favor, 2 votos contra e 10 abstenções as Grandes Opções do Plano e do Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2011, do Município de Torres Vedras.-----

----Anota-se que estavam presentes na sala 43 membros.-----

**PONTO 4 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – GRANDES OPCÕES DO PLANO E ORÇAMENTO RECEITA/DESPEZA, E MAPA DE PESSOAL, PARA O ANO DE 2010 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;**-----

----Presente ofício número 19548, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9 de Dezembro, a remeter os documentos em título.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que a despesa corrente é idêntica à de 2010 mas existem algumas alterações no que diz respeito à aquisição de água à Águas do Oeste, resultante de uma actualização de preços, mas também com um maior volume de saneamento em ETAR, que obriga a outros encargos inerentes.-----

----Informou que o orçamento reflecte uma diminuição das despesas com pessoal em 2,5% e que encerra um tarifário de água que teve actualizações de preços, as quais foram inferiores aos aumentos da Águas do Oeste.-----

----Mais informou que o tarifário aprovado para 2011, não tem qualquer aumento no 1.º escalão uma vez que é o mais aplicável a quem tem menos recursos económicos, os outros escalões com excepção do 3.º, que tem uma actualização de 1,8%, um aumento na ordem dos 3%.-----

----Pretendem assim manter uma gestão equilibrada, como tem sido timbre destes serviços desde há muitos anos, em que a matriz é terem um custo/serviço igual ou idêntico às receitas directas pagas pelos munícipes.-----

----O *Sr. Luís Carlos Lopes* disse que não pondo em causa uma tentativa de gestão equilibrada por parte da administração dos SMAS, não é novidade que o Partido Social Democrata votou contra no

Executivo.-----

---Fê-lo, independentemente de haver dúvidas se o aumento brutal das taxas de resíduos tarifa de RSU já estaria integrada no documento e porque não lhes parece que num ano difícil, em que existe redução do valor a pagar à Valorsul, seja o ano adequado para se aumentar esta taxa em cerca de 30%.-----

----Disse também que as referencias feitas pelo edil relativamente aos aumentos dos respectivos escalões é apenas estatística e haverá uns consumidores em que a media será 8 m<sup>3</sup>, mas uma grande parte das pessoas ultrapassa já o 2.º e irá para o 3.º escalão, que já tem um aumento de 3%, bem acima da taxa de inflação.-----

----Disse que esta apreciação também é válida para o conjunto de outras taxas que também aumentam 3% tal como indicado pelo edil.-----

----O **Presidente da Câmara** pediu a palavra para esclarecer que a tarifa de resíduos sólidos é uma receita da Câmara Municipal e os SMAS apenas prestam o serviço de cobrança, não compreendendo que ele diga que o aumento de 30% está vertido no orçamento em apreço.-----

----O **Sr. Jorge Ferreira** interveio no sentido de enaltecer as medidas sociais que os SMAS aplicam no seu tarifário aos munícipes e salientar a diminuição das “gorduras” que neste momento de crise mais se justificam, e que permitem uma saúde e uma sustentabilidade financeira que está á vista de todos, em rubricas tais como combustíveis, encargos com instalações, material de escritório, encargos com as cobranças e transportes que demonstram um óptimo exemplo de gestão como tem sido apanágio da administração vigente.-----

----Neste contexto o voto do Grupo Municipal do Partido Socialista a este exercício orçamental não poderia deixar de ser favorável.-----

----Se a gestão é boa e se a posição do Grupo Municipal do Partido Social Democrata se baseia num assunto do ponto anterior convidou-os a repensar o sentido de voto.-----

----De novo no uso da palavra o **Sr. Luís Carlos Lopes** disse ser óbvio que têm a noção que a receita da tarifa de resíduos sólidos é da autarquia, mas os munícipes não o sabem e o que recebem é uma factura dos SMAS e não da Câmara Municipal.-----

----Não podem esquecer que estas duas entidades andam sempre ligadas e até o parecer do ROC refere essa dependência dos SMAS quanto às transferências de capital da Câmara Municipal, o que não aconteceu até Junho do corrente ano.-----

----Lembrou ainda que o edil também mencionou os aumentos da água, que já é SMAS, portanto são todas receitas do município.-----

----Reforçou que quer para a Câmara Municipal quer para os SMAS são de mais os aumentos registados perante a conjuntura económica que se vive.-----

----O **Sr. Presidente da Câmara** lembrou que para a posteridade ficará que o PSD se absteve no

aumento da tarifa dos resíduos sólidos de 30% que era a que estava contida no orçamento da Câmara e que representa 60 cêntimos na fixa e de 3 cêntimos na variável.-----

-----Esclareceu ainda que o aumento de 3,6% é o aumento da Águas do Oeste aos SMAS, sendo a actualização dos SMAS 3% no 2.º, 4.º e 5.º escalão.-----

-----Deu de seguida a palavra ao Administrador dos SMAS, *Sr. Sérgio Simões* que começou por prestar alguns esclarecimentos ao Sr. Luís Carlos Lopes sobre a questão das médias nos consumos/escalões uma vez que têm possibilidade de saber metro a metro quantos consumidores têm mensalmente.-----

-----Deu nota que a preocupação dos SMAS quando aferem tarifas vai para os consumidores até 10m<sup>3</sup> que totalizam 88,5%, sabendo que a média do concelho é de 8m<sup>3</sup>, os quais têm um acréscimo anual de €1,29.-----

-----Assinalou que a taxa de inflação para os SMAS é o que a Águas do Oeste lhes cobra, já que o grosso da despesa vem da compra de água e do protocolo com o saneamento. Sem perder de vista a área social, pretendem ter uma gestão financeira equilibrada.-----

-----Confirmou que a Câmara Municipal não fez a transferência de duodécimos, mas também é um facto que os SMAS não têm dividas a fornecedores, e portanto toda a obra que foi feita e todas as aquisições são custeados com capitais próprios. Quando isso não for possível, os duodécimos previstos justificam-se, mas o objectivo é que tal não aconteça.-----

-----Atento à justificação do edil de que o aumento de 30% visa corresponder o custo do serviço ao que é cobrado o *Sr. Marco Claudino* lembrou que aprovaram o regulamento de taxas e licenças para o município há um ano atrás, questionando se a Câmara não estava então obrigada a fazer esse cálculo, e se foi só agora que descobriram que tinham de fazer corresponder custo e benefício.-----

-----Afirmou que o PSD está contra este aumento de 30% e que o questionam.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* voltou a dizer que este assunto diz respeito ao ponto anterior que já foi discutido e votado e o Partido Social Democrata não foi contra, absteve-se.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* disse nunca votaram directamente qualquer taxa de resíduos, o que votaram foi o orçamento, sobre o qual e pelas razões já indicadas se abstiveram.-----

-----Quanto ao esclarecimento do Dr. Sérgio Simões, disse que gostava que nessa estatística fossem tidos em conta os contadores com dupla taxa de saneamento de resíduos em relação a Santa Cruz, que alterariam certamente as médias.-----

-----Concluídas as intervenções passou-se à votação do assunto acima discutido.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por maioria de 33 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções os Documentos Previsionais – Grandes Opções do Plano e Orçamento Receita/Despesa, e Mapa de Pessoal, para o Ano de 2010 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

**PONTO 5- RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 30.09.2010 - AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL A CONTRATAR EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO, EXCEPCIONADO, PARA FINANCIAMENTO DA REPARAÇÃO/ REPOSIÇÃO DE DANOS CAUSADOS PELAS INTEMPÉRIES DE 23/12/2009, ATÉ AO MONTANTE DE 1.959.775,00 EUROS, EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;**-----

-----Presente ofício número 17809 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 2 de Novembro último a dar conhecimento que a Câmara em sua reunião de 26/10/2010, deliberou rectificar a deliberação de 31/08/2010, pelo que onde se lê: “Euribor a 6 meses,...” deverá ler-se: “...Euribor a 3 meses,...”, pelo que solicitam a rectificação da Assembleia Municipal.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota da rectificação solicitada.-----

-----Não se registaram intervenções pelo que o Presidente da Mesa submeteu de imediato à votação a rectificação em causa.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade rectificar a sua deliberação de 30.09.2010 e assim autorizar a Câmara Municipal a contratar empréstimo de longo prazo, excepcionado, com taxa indexada à Euribor a 3 meses, acrescida de um spread de 1,98% à Déxia Sabadell para financiamento da Reparação/ Reposição de danos causados pelas intempéries de 23/12/2009, até ao montante de €1.959.775,00.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

**PONTO 6- APROVAR ALTERAÇÃO AO PDM POR CORRECÇÃO MATERIAL NOS TERMOS DO ART.º 97-A DO REGIME JURÍDICO DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL, ATENTA A COMPETÊNCIA PREVISTA NA ALÍNEA B) DO N.º 3 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;**-----

-----Presente ofício número 17808, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 2 de Novembro último a dar conhecimento que, tendo base a informação da Divisão de Ordenamento de Território de 15/10/2010, que se considera integralmente reproduzida, a Câmara deliberou rectificar por correcção material o Plano Director Municipal, por existência de erro cartográfico.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* usou da palavra, dando nota que a rectificação proposta visa duas áreas do território municipal classificadas na planta de ordenamento como “áreas de equipamento existentes”, quando as áreas propostas nunca apresentaram qualquer tipo de ocupação, pelo que passarão a “áreas de equipamento propostas”.-----

-----O *Sr. João Bastos* no que se refere à área que integra o perímetro urbano da Ventosa, constatou que apenas aproximadamente metade do terreno está em “área de equipamento existente” e a parte restante em área agrícola.-----

-----Relativamente à área que integra o perímetro urbano de Torres Vedras, constatou que todo o

edifício do CENFIM se encontra inserido em verde urbano e podia ser aproveitada a alteração em causa para se resolver esta situação.-----

----Quanto à Ventosa o *Sr. Presidente da Câmara* confirmou que a parte de cima está em RAN e REN mas não se trata um lapso e há umas correcções em RAN que os promotores estão a tentar ultrapassar. No que se refere ao terreno do CENFIM a classificação está correcta e é para manter como verde urbano ecológico.-----

----Terminadas as intervenções, passou-se à votação da alteração em título.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por maioria de 37 votos a favor e 2 abstenções a alteração ao PDM por correcção material nos termos do art.º 97-A do Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial.-----

----Anota-se que estavam presentes na sala 38 membros.-----

**PONTO 7- AUTORIZAR A ADESÃO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS AO PACTO DE AUTARCAS NOS TERMOS DA ALÍNEA M) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09 NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;**-----

----Presente ofício número 16363, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 4 de Outubro, a remeter a proposta de adesão referenciada.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que é uma adesão no âmbito da sustentabilidade ambiental em cooperação com os outros municípios, uma iniciativa da Comissão Europeia para que as autoridades locais assumam a liderança na luta contra o aquecimento global.-----

----Pedi o uso da palavra o *Sr. Diogo Guia* para questionar qual o prazo para apresentação do relatório de emissões que faz parte dos objectivos do pacto.-----

----Sugeri que este trabalho seja aproveitado, no enquadramento dos outros projectos que a autarquia tem feito nesta área retirando os benefícios que sejam possíveis retirar, e tivesse efeito útil para a comunidade, lembrando que o desenvolvimento sustentável, nasceu em Copenhaga 1997 e em 2000 a Europa propôs-se ser o tal espaço dinâmico de coesão social e de crescimento sustentável mas as várias metas não têm vindo a ser cumpridas.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que o prazo é de um ano e o levantamento das emissões será levado a cabo pela Oeste Sustentável.-----

----Não se registaram mais intervenções e passou-se de imediato à votação.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a adesão do Município de Torres Vedras ao Pacto de Autarcas.-----

----Anota-se que estavam presentes na sala 35 membros.-----

**PONTO 8 - APRECIACÃO DE UMA EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;**-----

-----Presente informação referente à actividade do município, nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro do corrente ano a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documentos referentes a esta sessão, e à sua situação financeira, nos termos da alínea e) do normativo legal em título, onde informa que a dívida a fornecedores em 16/12/10 é € 3.787.328,80 e o saldo de tesouraria € 2.143.454,57.-----

-----O **Sr. Marco Claudino** reportou-se ao Período Antes da Ordem do dia para esclarecer o autarca do Maxial que contextualizou a questão antes de a colocar de forma a que todos entendem.-----

-----Relativamente ao assunto da A8 disse que não era a ele que o edil devia perguntar a razão de não ter sido agendada na Assembleia da República a Lei das Portagens, mas ao membro e deputado parlamentar Rui Prudêncio que em tempos disse que iria apresentar um projecto de alterações à lei do utente, o que até hoje, que ele tenha conhecimento, não aconteceu.-----

-----Lembrou que o caminho seguido pelo PSD não foi reclamar junto da DECO, foi o de tentar obter nos meios próprios a justiça para os utentes.-----

-----Manifestou também a sua incompreensão pelo facto de, tendo o Dr. Paulo Campos na semana transacta admitido a possibilidade de ser declarado o incumprimento, o Sr. Presidente não se ter pronunciado para reforçar a posição do Partido Social Democrata.-----

-----Entende que devia ter tido essa atitude, o que facilitaria a luta contra as contrariedades que toda a população sentiu numa auto-estrada não tinha condições para cobrar portagens.-----

-----O **Sr. João Bastos** começou por recordar uma intervenção que fez há cerca de dois anos sobre o fornecimento de plantas de localização, tendo na altura exemplificado e sugerido a adopção pelos serviços do procedimento da Câmara Municipal da Lourinhã, a qual envia as plantas por e-mail para os promotores que as imprimem nos respectivos gabinetes e pagam no acto de entrega dos projectos.-----

-----Neste contexto fez notar que presentemente a Câmara Municipal já não possuiu um balcão único para esse efeito e as plantas são fornecidas no balcão de atendimento geral, pelo que reiterou a sua proposta no sentido de ser adoptado um procedimento mais simples e eficaz.-----

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** declarou que na semana transacta deslocou-se à Tvpar, tendo reparado que há um centro de serviços que não está muito operacional, há pavilhões abandonados e também não gostou de ver um amontoado de carros, tendo dúvidas que o terreno esteja habilitado para aquele tipo de escorrências.-----

-----Para além deste assunto e face à informação que o edil deu na última sessão, solicitou que fizesse o ponto de situação.-----

-----Terminadas as questões foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos.-----

-----No que concerne à A8 informou o membro Marco Claudino que prefere fazer o seu mandato

com trabalho e menos com a palavra.-----

----Relativamente ao envio de plantas de localização através de e-mail informou que os serviços estão trabalhar no assunto e brevemente será possível utilizar esse procedimento .-----

----Quanto à TVpar deu nota que a pedido dos Vereadores do Partido Social Democrata este assunto foi agendado na reunião do Executivo de 23 de Novembro, tendo sido feito um ponto de situação exaustivo e disponibilizados documentos.-----

----Deu nota ainda que posteriormente chegou uma carta com pedido de reunião sobre processo de obras de expansão que está a tramitar na Câmara. No entanto terá que analisar melhor antes de dar uma resposta ao pretendido.-----

----Indicou que o processo está em curso e todo o Executivo Camarário tem conhecimento do mesmo.-----

----Deu nota que o lotes em causa foram vendidos e quanto à reciclagem de viaturas informou que a empresa proprietária quando começou a operar era uma das poucas licenciadas do país. Está devidamente licenciada e toda a sua operação é controlada, não tendo conhecimento de reclamações.-----

----Também sabe que há dois lotes vendidos a um torriense, cuja firma, atravessa dificuldades financeiras, que ia ser transferida para o concelho de Torres Vedras, o que era bom.-----

----Registou que o livro, que tinha sido distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal no início da sessão é um produto do Gabinete de Comunicação da autarquia, obra da designer Olga Moreira e visa perpetuar em papel e CD a exposição “Guerra Peninsular 1807 – 1814”, patente no Museu Municipal Leonel Trindade.-----

----Deu nota ainda que a autarquia está a equacionar com a Embaixada de Portugal em França a pedido do embaixador, possibilidade de transpor a exposição para a embaixada francesa.-----

----Por último desejou a todos e às famílias um Natal tranquilo com tudo a correr bem.-----

**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA:**-----

----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino a aprovação da minuta da acta da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correcções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

**ENCERRAMENTO:**-----

----Pelas 24.10 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

----Para constar se lavrou a presente acta, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----

---

---

